

Sábado, 11 de Abril de 2026

“Não há nada que vai nos parar”, diz relator da CPMI do INSS

Relator da CPMI do INSS, que será instalada nesta quarta-feira (20/8), diz que o trabalho da Comissão “não vai terminar em pizza”

FOTO Hugo Barreto/Metrópoles

O relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO), fez declaração assertiva sobre a possibilidade de um acordo político inviabilizar o andamento da CPMI: “Não há nada que vai nos parar”. A afirmação do deputado foi em entrevista ao Acorda Metrôpoles, nesta quarta-feira (20/8).

A CPMI será instalada nesta quarta-feira, para apurar a farra do [Instituto Nacional de Seguro Social \(INSS\)](#) revelada pelo **Metrôpoles**.

Questionado se o fato de a farra do INSS atravessar tanto o governo de Jair Bolsonaro como o de Lula (PT) não poderia resultar em ação para inviabilizar a apuração, o deputado disse que não há risco de a CPMI acabar em pizza

Além de Ayres, relator escolhido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a CPMI conta com o senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da comissão.

“Eu não admitiria para a minha história, para o meu currículo, um conchavo ou um acordo que pudesse tirar a resposta que a população do Brasil [quer]. Então nós vamos fazer a nossa parte, doa a quem doer”, afirmou.



O deputado também foi questionado sobre possível tentativa de parlamentares usarem a Comissão como palco para cortes em redes sociais e exploração da investigação para promoção pessoal. Ayres, embora faça a ressalva de que cada congressista deve defender suas pautas, afirma que tanto ele quanto o presidente, Omar Aziz, terão “pulso firme” para dar andamento à CPMI.

“É normal e natural do processo democrático esse corte, essa lacração. Eu respeito e tenho amizade com grande parte dos parlamentares que lá estão, inclusive da oposição e do governo, e independentemente disso a CPMI vai caminhar, doa a quem doer. Cada um que faça seu corte e recorte, mas é um trabalho que vai acontecer verdadeiramente”, ressalta.

A CPMI vai reunir 32 integrantes, entre deputados e senadores, tanto da base do governo quanto da oposição. E ainda contará com o mesmo número de suplentes.

Ayres afirma que os trabalhos seguirão “independente de partido político, independente de ideologia”.

O relator disse ainda que prevê chamar ministros dos dois últimos governos e citou a futura convocação de Carlos Lupi, demitido após a Operação Sem Desconto, e Onyx Lorenzoni, ministro da Previdência de Bolsonaro.

Ayres destaca ainda que o essencial dentro da CPMI é assegurar seu trabalho “prático”, com a entrega de um relatório com individualização de condutas e eventual proposição de indiciamento. Mas afirma que uma responsabilização daqueles que cometeram crimes também depende da colaboração de outros órgãos.

“Só que a gente depende de uma atuação do Ministério Público, do Poder Judiciário, para que essas pessoas sejam efetivamente penalizadas. É importante citar isso [...] Existem regras processuais que podem, na fase do Judiciário, prolongar o resultado prático que essa Comissão possa eventualmente entregar”, frisou.

Fonte: METRÓPOLES

[Fabio Serapiao](#) [Letícia Pille](#)